

RADAR FEMINISTA

NO CONGRESSO NACIONAL

01 a 05 de fevereiro de 2021



APRESENTAÇÃO

A Câmara e Senado retornaram no dia primeiro de fevereiro, elegendo suas presidências. Pelos acordos feitos e pelo perfil dos eleitos o futuro não será nada “cor-de-rosa”. O novo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP/AL), tem processo de todos os tipos, inclusive de violência doméstica. No Senado, a presidência ficou com Rodrigo Pacheco (DEM/MG). 

Ambos candidatos de Bolsonaro, o que indica para os próximos períodos um alinhamento não só à pauta econômica, como era com Maia e Alcobumbre, mas também uma guinada para a pauta moral do governo. Vamos enfrentar uma extrema direita mais poderosa, agora fortemente articulada (e dependente) da tradicional direita brasileira, também identificada no Congresso como “centrão”. Nas articulações para as presidências de Comissão, está na mesa a possibilidade de Bia Kicis (PSL/DF) assumir um dos espaços mais importantes da casa: a Comissão de Constituição e Justiça.

O debate em torno da prorrogação do auxílio emergencial e das vacinas seguem na Câmara e Senado. O Presidente anunciou no dia 8 de fevereiro, que a proposta de auxílio emergencial deve ser de R\$200. As prioridades anunciadas para o Governo em 2021 incluem flexibilizar ainda mais a compra, posse e porte de armas; liberação da mineração em terras indígenas; educação domiciliar; excludente de ilicitude; reformas administrativa e tributária; e privatizações. A semana começa com a promessa de Arthur Lira colocar a Reforma Administrativa na pauta ainda esta semana.

Centenas de organizações dos movimentos sociais seguem pressionando pelo auxílio até o fim da pandemia e no debate por uma renda básica permanente, como forma de enfrentar as dificuldades por que passam grande parte da população brasileira. E pelo direito à vacina. 

O caos na saúde continua, com o sistema em colapso em muitas cidades e a pandemia ainda em crescimento, com quase 10 milhões de casos confirmados e mais de 233 mil mortes. A vacinação começou, mas a desorganização e o número escasso de vacinas escancara a inoperância e negligência do governo federal.



No dia 4 de fevereiro, o senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) protocolou requerimento para a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid, para investigar ações e omissões do governo federal no enfrentamento à pandemia.

No meio de tudo isso, temos a convocação da V Conferência Nacional de Política para as Mulheres, com as conferências municipais previstas para iniciar em março, em plena pandemia, reforçando a postura negacionista do governo em relação ao coronavírus. Com tudo o que temos visto neste governo, a Conferência deve “enterrar de vez” o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

Fechamos o ano com violência política perpetrada contra a deputada estadual Isa Pena (PSOL/SP) e começamos com o atentado à casas de co-vereadoras, eleitas para a Câmara de Vereadores de São Paulo e várias outras demonstrações de violência política contra as mulheres.

EM PAUTA NA SEMANA

Definidas as presidências de Câmara e Senado, temos os debates sobre presidências de comissões, retorno do trabalho presencial e agenda econômica. O projeto sobre autonomia do Banco Central e as definições sobre o auxílio emergencial devem ser determinantes. No entanto, nenhum projeto relacionado diretamente às mulheres está previsto para ir à discussão ainda. Geralmente, as propostas avançam no período próximo ao 8 de março.

No Senado, a promessa é voltar ao debate sobre regulamentação do uso de armas por caçadores, colecionadores e atiradores. O senador Marcos do Val (PODEMOS/ES) disse que apesar das ações em torno da COVID-19 serem prioridade, essa é promessa de campanha de presidente.

NOVAS PROPOSTAS APRESENTADAS

NO CONGRESSO NACIONAL

Mal começou o ano legislativo e já temos novas propostas restringindo os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres

O ano passado nos mostrou que, mesmo em tempos de pandemia, não cessam os esforços dos setores fundamentalistas e conservadores para restringirem os direitos das mulheres, como destacamos no [balanço Mulheres e Resistência no Congresso Nacional – 2020](#), publicado recentemente pelo Cfemea. E tudo indica que 2021 não vai ser diferente. 

Já nos primeiros dias da nova legislatura a deputada Carla Zambelli (PSL/SP) apresentou o [PL 232/2021](#), que altera a lei que dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual ([Lei nº 12.845, de 1º de agosto de 2013](#)) para tornar obrigatória a apresentação de Boletim de Ocorrência com exame de corpo de delito positivo que ateste a veracidade do estupro, para realização de aborto decorrente de violência sexual.

Um retrocesso sem tamanho, pois volta a questionar a palavra das mulheres. A deputada justifica que “no atual contexto brasileiro, não há obrigatoriedade da comprovação do abuso sexual para realização do aborto, o que configura uma abertura maior para pessoas adeptas à ideologia do aborto como, por exemplo, mulheres que não são vítimas de violência sexual, mas procuram o atendimento do SUS para interromper a gravidez indesejada”. O movimento feminista e de mulheres lutou muito para retirarem a obrigatoriedade da apresentação do BO, e vai lutar novamente para que a palavra das mulheres continue valendo.

Outro conhecido das organizações de mulheres e feministas por suas posturas contra os direitos das mulheres, o deputado Diego Garcia (PODE/PR), resolveu reservar logo um espaço propagar sua visão conservadoras em relação à família e aos direitos das mulheres.

Diego Garcia apresentou sete requerimentos solicitando a realização de sessões solenes, dentre elas: homenagem ao Dia da Criança por Nascer ([REQ 42/2021](#)); em homenagem aos 14 anos da "Marcha Nacional pela Vida" ([REQ 33/2021](#)); para celebrar o Dia Nacional de valorização da Família ([REQ 46/2021](#)); e, em homenagem a Semana Nacional da Vida e do Dia do Nascituro ([REQ 37/2021](#)).

Já o [PL 138/2021](#), de autoria do deputado Hercílio Coelho Diniz (MDB/MG), trata da licença maternidade nos casos de parto prematuro ou antecipado. O projeto assegura, em caso de aborto involuntário comprovado por atestado de médico, que a mulher terá um repouso de trinta dias, com direito a retornar à função que ocupava antes de seu afastamento.

Saúde das mulheres

A isenção de alíquotas de impostos para absorventes e tampões e distribuição gratuito às mulheres em situação de vulnerabilidade social foi objeto de três propostas: [PL 128/2021](#) (Dagoberto Nogueira – PDT/MS), [PL 217/2021](#) (Marília Arraes – PT/PE) e [PL 61/2021](#) (Rejane Dias – PT/PI). O [PDL 9/2021](#), de autoria do deputado Jesus Sérgio (PDT/AC), susta portaria do ministério da Saúde que torna pública a decisão de não ampliar o uso da mamografia para o rastreamento do câncer de mama em mulheres assintomáticas com risco habitual fora da faixa etária atualmente recomendada (50 a 69 anos) no âmbito do Sistema Único de Saúde.

O deputado Vicentinho Júnior (PL/TO) apresentou a [INC 12/2021](#) solicitando o envio de Indicação ao Ministério da Saúde, sugerindo o desenvolvimento de políticas públicas de conscientização quanto ao uso do dispositivo intrauterino (DIU) e ampla divulgação da disponibilização gratuita do dispositivo no Sistema Único de Saúde (SUS).

NOVAS PROPOSTAS APRESENTADAS

NO CONGRESSO NACIONAL

Seguem as tentativas de impedir o debate sobre a igualdade de gênero

Algumas das propostas apresentadas tentam restringir medidas que contribuam para a inclusão do debate e o desenvolvimento de ações no campo da igualdade de gênero: duas dessas propostas são da já conhecida opositora dos direitos das mulheres, deputada Chris Tonietto (PSL/RJ): a [INC 23/2021](#), sugerindo ao ministério da Educação a supressão do termo “gênero” de resolução aprovada pelo Conselho Nacional de Educação; e o [PL 211/2021](#) que proíbe o uso de linguagem neutra na Língua Portuguesa. O deputado Lincoln Portela (PL /MG) apresentou o [PL 173/2021](#) no mesmo sentido.

Já a deputada Tereza Nelma (PSDB/AL) apresentou a [INC 79/2021](#) e [INC 80/2021](#) sugerindo ao ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e à Casa Civil, a a revogação de Decreto que deixa de adotar o uso do termo “pessoa idosa”; e o [PL 151/2021](#) solicitando o uso do termo “pessoa idosa” no lugar de “idosos” em diferentes legislações, argumentando que nada mais injusto que utilizar um termo masculino para designar um grupo composto majoritariamente por mulheres.

Igualdade no mundo do trabalho

A deputada Rejane Dias (PT/PI) apresentou a [INC 5/2021](#), que reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Território e do Distrito Federal, para que seja dada isonomia a ambos os sexos para ingressar nas corporações.

NOVAS PROPOSTAS APRESENTADAS

NO CONGRESSO NACIONAL

Profusão de propostas no campo do enfrentamento à violência

O deputado Alexandre Frota (PSDB/SP) inicia o ano apresentando 23 propostas. Um primeiro bloco concentrado no tema da violência contra as mulheres: instituindo campanha e semana contra o assédio sexual ([PL 101/2021](#) e [PL 100/2021](#)); o recebimento de denúncias de violência em farmácias e outros estabelecimentos comerciais ([PL 108/2021](#) e [PL 83/2021](#)); a informação aos órgãos de segurança dos casos ocorridos em condomínios ([PL 85/2021](#)); protocolos de segurança no transporte público ([PL 82/2021](#)); obrigatoriedade de divulgação do disque-denúncia em espaços públicos ([PL 110/2021](#)); penhora de bens para garantia de ressarcimento às vítimas ([PL 109/2021](#)); garantia de cirurgia reparadora no SUS ([PL 77/2021](#)); e, a criação na Câmara, de um órgão vinculado à Secretaria da Mulher para receber denúncias de violência contra as mulheres ([PL 93/2021](#)).

Um segundo bloco, se concentra na violência perpetrada contra a população LGBTQI+: estabelecendo a notificação compulsória no caso de violência ([PL 96/2021](#)), alterando o código eleitoral para proibir a violência política ([PL 78/2021](#)), instituindo cotas para transgênero ([PL 79/2021](#)), espaços de convivência em estabelecimentos penais ([PL 95/2021](#)) e aumentando a pena dos crimes contra essa população ([PL 76/2021](#)); incluindo no Estatuto do Idoso e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, o respeito às diferentes orientações sexuais e identidades de gênero ([PL 94/2021](#)) e [PL 80/2021](#)); possibilitando a alteração de nome no registro civil ([PL 92/2021](#)); e tipificando os crimes resultantes de preconceitos ([PL 103/2021](#), [PL 107/2021](#), [PL 104/2021](#) e [PL 102/2021](#)).

Nesse bloco foi apresentado também o [PL 144/2021](#), de autoria do deputado Alexandre Padilha (PT/SP), que dispõe sobre a reserva de vagas de emprego, ou estágio para Mulheres transexuais, travestis e homens transexuais nas empresas privadas; e o [RIC 48/2021](#), de autoria do deputado David Miranda (PSOL/RJ), solicitando ao Ministro da Saúde informações detalhadas acerca dos óbitos de transgêneros e travestis em decorrência da COVID-19.

Uma única proposta do deputado Alexandre Frota não trata de violência, o [PL 106/2021](#), que institui o Dia Nacional em Defesa da Vacina e das Trabalhadoras da Saúde no Brasil.

NOVAS PROPOSTAS APRESENTADAS

NO CONGRESSO NACIONAL

Mais propostas para o enfrentamento à violência contra as mulheres

Três propostas apresentadas tratam do feminicídio: PL 74/2021, de autoria do deputado Delegado Antônio Furtado (PSL/RJ), aumenta a pena do feminicídio quando a vítima for magistrada, delegada de polícia ou agente pública; PL 116/2021, de autoria do deputado Ricardo Silva (PSB/SP), proíbe as saídas temporárias dos condenados por crimes de feminicídio; e o REQ 47/2021, de autoria do deputado Danilo Forte (PSDB/CE), que cria Grupo de Trabalho com a finalidade de elaborar e analisar proposições que visem o combate ao feminicídio.

Outras propostas apresentadas foram: PL 159/2021, de autoria do deputado Capitão Alberto Neto (Republic/AM), possibilita a realização de depoimento especial para vítima de violência sexual; PL 146/2021, de autoria do deputado Chiquinho Brandão (Avante/RJ), cria dispositivos de afastamento do agressor; e PL 218/2021, de autoria da deputada Marília Arraes (PT/PE), qualifica o crime de ameaça quando praticado em contexto de violência doméstica ou familiar contra a mulher.

Novas propostas fragilizam a laicidade do Estado brasileiro

PL 165/2021, de autoria do deputado Pastor Gil (PL/MA), inclui os projetos desportivos promovidos por instituições filantrópicas e religiosas como recebedores de recursos oriundos dos incentivos; PL 51/2021, de autoria da deputada Rejane Dias (PT/PI), considera como serviço e atividade essencial os prestados pelos templos de qualquer culto; e, PL 255/2021, de autoria do deputado Roberto Lucena (PODE/SP), possibilita a utilização dos recursos do FGTS para financiar a construção de templos religiosos.

No Senado, proposta apresentada e, no mesmo dia, retirada

A senadora Simone Tebet (MDB/MS), apoiada por mais 11 senadoras, apresentou o PRS 5/2021, que alterava o Regimento Interno do Senado Federal, para dispor sobre a indicação de líder e vice-líderes da bancada feminina, assegurando à líder da bancada feminina, no que couber, as prerrogativas que este Regimento assegura aos líderes de partido ou bloco parlamentar. No mesmo dia, a Autora apresentou o RQS 122/2021, retirando definitivamente a proposta.

VALE A PENA CONFERIR!



Comitê Brasileiro de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos (CBDDH)

Dossiê Vidas em Lutas: criminalização e violência contra defensoras e defensores de direitos humanos no Brasil – Período 2018-2020/1



Carta Capital

10 projetos de lei conservadores que podem avançar com Lira e Pacheco



Cfemea

Balanço Mulheres e Resistência no Congresso Nacional – 2020



Radar elaborado pela equipe do Centro Feminista de Estudos e Assessoria – CFEMEA, a partir das informações fornecidas pela Contatos Assessoria Política e dos sites da Câmara e do Senado.